

APÊNDICE III

Grupo	Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Quantidade de empregados por posto	Valor proposto por posto	Quantidade de postos	Valor mensal do posto	Valor anual do posto
(A)			(B)	(C)	(D) = (B X C)	(E)	(F) = (D X E)	(G) = (F X 12 MESES)
1	1	Garçom	R\$ 6.785,69	1	R\$ 6.785,69	35	R\$ 237.499,15	R\$ 2.849.989,80
	2	Motorista Executivo	R\$ 8.891,17	1	R\$ 8.891,17	5	R\$ 44.455,85	R\$ 533.470,20
	3	Garagista	R\$ 5.502,72	1	R\$ 5.502,72	1	R\$ 5.502,72	R\$ 66.032,64
	4	Lavador de Auto	R\$ 5.020,63	1	R\$ 5.020,63	2	R\$ 10.041,26	R\$ 120.495,12
	5	Carregador de Móveis	R\$ 4.995,00	1	R\$ 4.995,00	6	R\$ 29.970,00	R\$ 359.640,00
	6	Apoio Administrativo para às Copas	-	1	-	1	R\$ 48.153,12	R\$ 577.837,41
	TOTAL GRUPO 1					49	R\$ 375.622,10	R\$ 4.507.465,17
2	1	Cozinheiro	R\$ 7.207,55	1	R\$ 7.207,55	3	R\$ 21.622,65	R\$ 259.471,80
	2	Ajudante de Cozinha	R\$ 4.983,29	1	R\$ 4.983,29	5	R\$ 24.916,45	R\$ 298.997,40
	TOTAL GRUPO 2					8	R\$ 46.539,10	R\$ 558.469,20
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS						57	R\$ 422.161,20	R\$ 5.065.934,37

Item	Descrição	Periodicidade	Valor Mensal	Valor Anual
1	Uniformes	Mensal	R\$ 1.039,92	R\$ 12.478,98
2	EPI's (Posto Lavador de auto)	Mensal	R\$ 19,75	R\$ 237,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			R\$ 1.059,67	R\$ 12.715,98

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Número do Processo:	60585.000486/2023-89		
Número da Licitação:	-		
Data do Pregão:	-	Horário:	-
Descrição do Serviço:	Garçom		

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:		12 (doze).
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:		CCT 2023 - SINDISERVIÇOS/DF
▶	Unidade de medida:		Serviço (Posto).
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):		35

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):	Garçom
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:	5134-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	R\$ 2.238,10
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):	Garçom
5	Data base da categoria:	1º de janeiro
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 2.238,10
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Min. = 10% Méd. = 20% Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				RS 2.238,10
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”: (Revogado pela IN nº 7/2018).				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias		PERCENTUAL	VALOR
A	13º Salário:	8,33%	R\$ 186,43
B	Férias e Adicional de férias:	12,10%	R\$ 270,81
Total:		20,43%	R\$ 457,24
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada <u>mensalmente</u> , provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. <u>(Redação dada pela IN nº 7/2018).</u>			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no <u>art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021</u> , a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. <u>(Redação dada pela IN nº 7/2018).</u> <u>sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.</u>			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 539,07
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 67,38
C	SAT - GIIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 80,86
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 40,43
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 26,95
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 16,17
G	INCRA:				0,20%	R\$ 5,39
H	FGTS:				8,00%	R\$ 215,63
Total:					36,80%	R\$ 991,89
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN n° 7/2018).						

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte:	R\$ 107,71
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 891,00
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00
D	Odontológico:	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00

H	Outros (especificar):	RS 0,00
I	Outros (especificar):	RS 0,00
Total:		RS 998,71
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).		
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.		

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUAL	VALOR
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias:	20,43%	RS 457,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	RS 991,89
2.3	Benefícios Mensais e diários:		RS 998,71
Total:		57,23%	RS 2.447,84

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	RS 9,40
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	RS 0,75
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	RS 74,98
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	RS 43,42
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	RS 15,98
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	RS 14,55
Total:		7,11%	RS 159,07

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	RS 36,26
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	RS 31,11
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	RS 0,45
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	RS 7,39
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	RS 0,45
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	RS 0,00
Total:		3,38%	RS 75,65

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	RS 0,00
Total:		RS 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	RS 75,65
4.2	Substituto na Intra jornada:	RS 0,00
Total:		RS 75,65

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 308,25
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			RS 308,25
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos				
Custos Indiretos, Lucros e Tributos			PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:		4,00%	RS 209,16
B	Lucro:		7,00%	RS 380,66
C	Tributos:		Alíquota	RS 589,82
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	RS 111,96
		COFINS:	7,60%	RS 515,71
		CPRB:	0,00%	RS 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-	RS 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%	RS 339,28
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%
RS 1.556,78				
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.				
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.				

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração:	RS 2.238,10
B	MÓDULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	RS 2.447,84
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisão:	RS 159,07
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	RS 75,65
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos:	RS 308,25
Subtotal (A+B+C+D+E)		RS 5.228,91

F	MÓDULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 1.556,78
Valor total proposto por empregado:		R\$ 6.785,69

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado:	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Garçom	R\$ 6.785,69	01	R\$ 6.785,69	35	R\$ 237.499,25
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 237.499,25
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 2.849.991,01
					Fator K
					R\$ 3,03

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Número do Processo:	60585.000486/2023-89			
Número da Licitação:	-			
Data do Pregão:	-	Horário:	-	
Descrição do Serviço:	Motorista			

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2023 - SITTRATER/DF	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	5	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):	Motorista
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:	7823-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:	R\$ 3.143,76
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):	Motorista
5	Data base da categoria:	1º de janeiro
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.		

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000220/2023 - SITTRATER/DF

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 3.143,76
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Mín. = 10% Méd. = 20% Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				R\$ 3.143,76
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inscrito na				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias			PERCENTUA	VALOR
A	13º Salário:		8,33%	R\$ 261,88
B	Férias e Adicional de férias:		12,10%	R\$ 380,39
Total:			20,43%	R\$ 642,27
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação				
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.				
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do				

(1 mês / 12 meses) * 100 = 8,33 | Base de cálculo: Módulo 1 * 8,33%

Férias (9,075%) + Adicional de Férias (9,075 / 1/3 = 2,78%) = 11,11%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUA	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 757,21
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 94,65
C	SAT - GUIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 113,58
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 56,79
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 37,86
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 22,72
G	INCRA:				0,20%	R\$ 7,57
H	FGTS:				8,00%	R\$ 302,88
Total:					36,80%	R\$ 1.393,26
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN n° 7/2018).						

INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 20%
Salario Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 2,5%
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * percentual apresentado
Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 1,5%
Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 1%
Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 0,60%
Incra 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 0,20%
FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal. Base de Caculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 8%

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte:	R\$ 53,37
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 977,46
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00
D	Odontológico:	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00
Total:		R\$ 1.030,83
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).		
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.		

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 – DF000220/2023 Cláusula Décima
Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017
“Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUA	VALOR
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias:	20,43%	R\$ 642,27
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 1.393,26
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 1.030,83
Total:		57,23%	R\$ 3.066,36

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Provisão para Rescisão.		PERCENTUA	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 13,20
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 1,06
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 105,32
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 60,99
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 22,44
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 20,43
Total:		7,11%	R\$ 223,44

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Fórmulas
Anterior = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5%
Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4%

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente,			
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo. (Revogado pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUA	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 50,93
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 43,70
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 0,63
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 10,37
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 0,63
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 106,26

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 106,26
4.2	Substituto na Intrajornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 106,26

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 311,52
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			RS 311,52
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos			
Custos Indiretos, Lucros e Tributos		PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:	4,00%	R\$ 274,05

B	Lucro:			7,00%	R\$ 498,78
C	Tributos:		Aliquota	14,25%	R\$ 772,83
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%		R\$ 146,70
		COFINS:	7,60%		R\$ 675,73
		CPRB:	0,00%		R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-		R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%		R\$ 444,56
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%	R\$ 2.039,82
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 3.143,76
B	MÓDULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 3.066,36
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 223,44
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 106,26
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 311,52
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6.851,34
F	MÓDULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 2.039,82
Valor total proposto por empregado:		R\$ 8.891,17

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Motorista Executivo	R\$ 8.891,17	01	R\$ 8.891,17	05	R\$ 44.455,84
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 44.455,84
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 533.470,05
					Fator K
					R\$ 2,83

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 8.891,17
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 44.455,84
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do Contrato):	R\$ 533.470,05
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Número do Processo:	60585.000486/2023-89				
Número da Licitação:	-				
Data do Pregão:	-	Horário:	-		
Descrição do Serviço:	Garagista				

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2023 - SINDISERVIÇOS/DF	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	1	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA									
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):							Garagista	
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:							5141-10	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:							R\$ 1.651,99	
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):							Garagista	
5	Data base da categoria:							1º de janeiro	
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.									
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.									

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023

Módulo 01 – Composição da Remuneração					
Composição da Remuneração					VALOR
A	Salário Base:				R\$ 1.651,99
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%		R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII			
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Min. = 10%	Méd. = 20%	Máx. = 40%
D	Adicional Noturno:				R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:				R\$ 0,00
G	Outros (especificar):				R\$ 0,00
Valor da Remuneração:					RS 1.651,99
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.					
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração.					

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias		PERCENTUAL	VALOR
A	13º Salário:	8,33%	R\$ 137,61
B	Férias e Adicional de férias:	12,10%	R\$ 199,89
Total:		20,43%	R\$ 337,50
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Redação dada pela IN nº 7/2018). Obs: A redação sublinhada foi ajustada para a Lei nº 14.133/2021 - Baseado-se na IN nº 98/2022.			

(1 mês / 12 meses) * 100 = 8,33 | Base de cálculo: Módulo 1 * 8,33%

Férias (9,075%) + Adicional de Férias (9,075 / 1/3 = 3,025%) = 12,10%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 397,90
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 49,74
C	SAT - GIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 59,68
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 29,84
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 19,89
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 11,94
G	INCRA:				0,20%	R\$ 3,98
H	FGTS:				8,00%	R\$ 159,16
Total:					36,80%	R\$ 732,13
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						

INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 20%
Salario Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 2,5%
Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * percentual apresentado
Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 1,5%
Senai ou Senae 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 1%
Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 0,60%
Incra 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970. Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) *0,20%
FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal. Base de Caclulo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 8%

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.	
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018).	

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte:	R\$ 142,88
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 891,00
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00
D	Odontológico:	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00
Total:		R\$ 1.033,88
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).		
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.		

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023 | Cláusula Décima Quinta

Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017

“Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUAL	VALOR
2.1	13º Salário, férias e adicional de férias:	20,43%	R\$ 337,50
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 732,13
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 1.033,88
Total:		57,23%	R\$ 2.103,52

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).				A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR	Fórmulas
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 6,94	Anterior = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5%
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 0,56	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 55,34	Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4%
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 32,05	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 11,79	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 10,74	
Total:		7,11%	R\$ 117,42	

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões			
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo. (Revogado pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 26,76
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 22,96
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 0,33
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 5,45
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 0,33
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 55,84

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 55,84
4.2	Substituto na Intra jornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 55,84

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 311,52
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			R\$ 311,52
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos

Custos Indiretos, Lucros e Tributos			PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:		4,00%	R\$ 169,61
B	Lucro:		7,00%	R\$ 308,69
C	Tributos:		Aliquota	R\$ 478,30
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	R\$ 90,79
		COFINS:	7,60%	R\$ 418,21
		CPRB:	0,00%	R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-	R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%	R\$ 275,14
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.				
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.				

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MÓDULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 1.651,99
B	MÓDULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 2.103,52
C	MÓDULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 117,42
D	MÓDULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 55,84
E	MÓDULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 311,52
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 4.240,28
F	MÓDULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 1.262,44
Valor total proposto por empregado:		R\$ 5.502,72

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Garagista	R\$ 5.502,72	01	R\$ 5.502,72	01	R\$ 5.502,72
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 5.502,72
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 66.032,60
					Fator K
					R\$ 3,33

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 5.502,72
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 5.502,72
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do Contrato):	R\$ 66.032,60
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Número do Processo:	60585.000486/2023-89				
Número da Licitação:	-				
Data do Pregão:	-	Horário:	-		
Descrição do Serviço:	Lavador de auto				

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2023 - SINDISERVIÇOS/DF	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	2	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA									
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):							Auxiliar de serviços gerais	
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:							7832-10	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:							R\$ 1.515,92	
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):							Auxiliar de serviços gerais	
5	Data base da categoria:							1º de janeiro	
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.									
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.									

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 1.515,92
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Mín. = 10% Méd. = 20% Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				R\$ 1.515,92
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração.				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias			PERCENTUAL	VALOR
A	13º Salário:		8,33%	R\$ 126,28
B	Férias e Adicional de férias:		12,10%	R\$ 183,43
Total:			20,43%	R\$ 309,70
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional				
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.				
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias				

(1 mês / 12 meses) * 100 = 8,33 | Base de cálculo: Modulo 1 * 8,33%

Férias (9,075%) + Adicional de Férias (9,075 / ⅓ = 3,025%) = 12,10%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 365,12
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 45,64
C	SAT - GII/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 54,77
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 27,38
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 18,26
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 10,95
G	INCRA:				0,20%	R\$ 3,65
H	FGTS:				8,00%	R\$ 146,05
Total:					36,80%	R\$ 671.83
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN n° 7/2018).						

INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991.
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 20%

Salario Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996.

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * percentual apresentado

Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.

Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946.

Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990.
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 0,60%

Inera 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970.
Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) *0,20%

FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal.

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte:	R\$ 151,04
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 891,00
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00
D	Odontológico:	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00
Total:		R\$ 1.042,04
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).		
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.		

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023 | Cláusula Décima Quarta
Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017
"Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUAL	VALOR
2.1	13°. Salário, férias e adicional de férias:	20,43%	R\$ 309,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 671,83
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 1.042,04
Total:		57,23%	R\$ 2.023,58

Módulo 3 – Provisão para Rescisão, (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 6,37
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 0,51
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 50,78
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 29,41
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 10,82
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 9,85
Total:		7,11%	R\$ 107,74

ma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Fórmulas
Anterior = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5%
Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4%

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões			
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.. (Revogado pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 24,56
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 21,07
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 0,30
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 5,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 0,30
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 51,24

Submódulo 4.2 – Substituto na Intraornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 51,24
4.2	Substituto na Intraornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 51,24

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 150,56
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento/ EPI (custo mensal por empregado):		R\$ 19,75
D	Outros (especificar):	--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			R\$ 170,31
Nota: Valores mensais por empregado.			






Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos			
Custos Indiretos, Lucros e Tributos		PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:	4,00%	R\$ 154,75
B	Lucro:	7,00%	R\$ 281,65

C	Tributos:		Aliquota	14,25%	RS 436,40
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%		RS 82,84
		COFINS:	7,60%		RS 381,57
		CPRB:	0,00%		RS 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-		RS 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%		RS 251,03
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%	RS 1.151,84
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MODULO 01 – Composição da Remuneração:	RS 1.515,92
B	MODULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	RS 2.023,58
C	MODULO 03 – Provisão para rescisão:	RS 107,74
D	MODULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	RS 51,24
E	MODULO 05 – Insumos diversos:	RS 170,31
Subtotal (A+B+C+D+E)		RS 3.868,79
F	MODULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	RS 1.151,84
Valor total proposto por empregado:		RS 5.020,63

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Lavador de Auto	RS 5.020,63	01	RS 5.020,63	02	RS 10.041,26
Valor Mensal dos Serviços:					RS 10.041,26
Valor Anual dos Serviços:					RS 120.495,16
					Fator K
					RS 3,31

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	RS 5.020,63
B	Valor mensal do Serviço:	RS 10.041,26
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do Contrato):	RS 120.495,16
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Número do Processo:	60585.000486/2023-89			
Número da Licitação:				
Data do Pregão:	-	Horário:	-	
Descrição do Serviço:	Auxiliar de serviços gerais			
	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF		
	Número de meses de execução contratual:			12 (doze).
	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:			CCT 2023 - SINDISERVIÇOS/DF
	Unidade de medida:			Serviço (Posto).
	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):			6
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.				
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para				

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA				
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):			Auxiliar de Serviços Gerais
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:			7832-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:			RS 1.515,92
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):			Auxiliar de Serviços Gerais
5	Data base da categoria:			1º de janeiro
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.				
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.				

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023

Módulo 01 – Composição da Remuneração					
Composição da Remuneração					VALOR
A	Salário Base:				R\$ 1.515,92
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%		R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII			
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Mín. = 10% Méd. = 20% Máx. = 40%		
D	Adicional Noturno:				R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:				R\$ 0,00
G	Outros (especificar):				R\$ 0,00
Valor da Remuneração:					R\$ 1.515,92
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.					
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na					

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários				
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias			ERCENTUA	VALOR
A	13º Salário:		8,33%	R\$ 126,28
B	Férias e Adicional de férias:		12,10%	R\$ 183,43
Total:			20,43%	RS 309,70
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina,				
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.				
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento				

(1 mês / 12 meses) * 100 = 8,33 Base de cálculo: Módulo 1 * 8,33%
Férias (9,075%) + Adicional de Férias (9,075 / 1/3 = 3,025%) = 12,10%

(1 mês / 12 meses) * 100 = 8,33 | Base de cálculo: Módulo 1 * 8,33%

Férias (9,075%) + Adicional de Férias (9,075 / 1/3 = 3,025%) = 12,10%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					ERCENTUA	VALOR	
A	INSS:				20,00%	R\$ 365,12	INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 20%
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 45,64	Salário Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 2,5%
C	SAT - GUIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 54,77	Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * percentual apresentado
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 27,38	Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1,5%
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 18,26	Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1%
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 10,95	Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 0,60%
G	INCRA:				0,20%	R\$ 3,65	Incra 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970. Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 0,20%
H	FGTS:				8,00%	R\$ 146,05	FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal. Base de Caclulo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 8%
Total:					36,80%	R\$ 671,83	

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.	
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.	
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN nº 7/2018).	

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte:	R\$ 151,04
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 891,00
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00
D	Odontológico:	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00
Total:		R\$ 1.042,04
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).		
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.		

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023 | Cláusula Décima Quim
Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017
"Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		ERCENTUA	VALOR
2.1	13°. Salário, férias e adicional de férias:	20,43%	R\$ 309,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 671,83
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 1.042,04
Total:		57,23%	R\$ 2.023,58

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Provisão para Rescisão.		ERCENTUA	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 6,37
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 0,51
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 50,78
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 29,41
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 10,82
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 9,85
Total:		7,11%	R\$ 107,74

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Fórmulas
Anterior = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5%
Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4%

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as			
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.- (Revogado pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		ERCENTUA	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 24,56
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 21,07
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 0,30
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 5,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 0,30
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 51,24

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 51,24
4.2	Substituto na Intrajornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 51,24

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 150,56
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			R\$ 150,56
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos				
Custos Indiretos, Lucros e Tributos			PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:		4,00%	R\$ 153,96
B	Lucro:		7,00%	R\$ 280,21
C	Tributos:		Alíquota	RS 434,17
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%	R\$ 82,42
		COFINS:	7,60%	R\$ 379,62
		CPRB:	0,00%	R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-	R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%	R\$ 249,75
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.				
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.				

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MODULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 1.515,92
B	MODULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 2.023,58
C	MODULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 107,74
D	MODULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 51,24
E	MODULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 150,56
Subtotal (A+B+C+D+E)		RS 3.849,04
F	MODULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 1.145,96
Valor total proposto por empregado:		RS 4.995,00

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Carregador de Móveis	R\$ 4.995,00	01	R\$ 4.995,00	06	R\$ 29.970,01
Valor Mensal dos Serviços:					RS 29.970,01
Valor Anual dos Serviços:					RS 359.640,13
					Fator K
					RS 3,30

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 4.995,00
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 29.970,01
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do Contrato):	R\$ 359.640,13
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

PLANILHA DE INSUMOS A SEREM FORNECIDOS (MATERIAL DE CONSUMO PARA APLICAÇÃO NAS COPAS)							
Item	Especificação do Material	Und. de medida	Qtd. Mensal	Qtd. Anual	Valor unitário	Valor mensal	Valor anual
1	Açúcar	kg	1.000	12000	R\$ 6,30	R\$ 6.300,00	R\$ 75.600,00
2	Café	pct	1.333	16000	R\$ 17,99	R\$ 23.980,67	R\$ 287.768,04
3	Adoçante líquido	fr	165	1980	R\$ 5,22	R\$ 861,30	R\$ 10.335,60
4	Biscoito salgado	pct	690	8280	R\$ 4,14	R\$ 2.856,60	R\$ 34.279,20
5	Biscoito doce	pct	755	9060	R\$ 4,47	R\$ 3.374,85	R\$ 40.498,20
6	Chá sabor camomila (10g)	cx. com 10 sachê	75	900	R\$ 5,48	R\$ 411,00	R\$ 4.932,00
7	Chá sabor capim santo (10g)	cx. com 10 sachê	75	900	R\$ 6,10	R\$ 457,50	R\$ 5.490,00
8	Chá sabor capim cidreira (10g)	cx. com 10 sachê	75	900	R\$ 6,61	R\$ 495,75	R\$ 5.949,00
9	Chá sabor hortelã (10g)	cx. com 10 sachê	75	900	R\$ 6,22	R\$ 466,50	R\$ 5.598,00
10	Chá sabor erva-doce (10g)	cx. com 10 sachê	75	900	R\$ 9,00	R\$ 675,00	R\$ 8.100,00
11	Chá sabor morango (10g)	cx. com 10 sachê	75	900	R\$ 9,40	R\$ 705,00	R\$ 8.460,00
VALOR ESTIMADO						R\$ 40.584,17	R\$ 487.010,04
LDI						18,65%	
VALOR TOTAL MENSAL						R\$	48.153,12
VALOR TOTAL ANUAL						R\$	577.837,41

$$CITL = \frac{1 + CI}{1 - T - L} - 1 =$$

* Conforme Mapa Comparativo de Preços realizado pela NUPP (6830902)

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Número do Processo:	60585.000486/2023-89		
Número da Licitação:			
Data do Pregão:	-	Horário:	-
Descrição do Serviço:	Cozinheiro		

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2023 - SINDISERVIÇOS/DF	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	3	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA									
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):							Cozinheiro	
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:							5132-05	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:							R\$ 2.536,66	
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):							Cozinheiro	
5	Data base da categoria:							1º de janeiro	
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.									
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.									

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 2.536,66
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Min. = 10% Méd. = 20% Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				R\$ 2.536,66
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será-				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias		PERCENTUAL	VALOR
A	13º Salário:	8,33%	R\$ 211,30
B	Férias e Adicional de férias:	12,10%	R\$ 306,94
Total:		20,43%	R\$ 518,24
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do			

(1 mês / 12 meses) * 100 = 8,33 | Base de cálculo: Modulo 1 * 8,33%

Férias (9,075%) + Adicional de Férias (9,075 / 1/3 = 3,025%) = 12,10%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições					PERCENTUAL	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 610,98
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 76,37
C	SAT - GII/L/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 91,65
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 45,82
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 30,55
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 18,33
G	INCRA:				0,20%	R\$ 6,11
H	FGTS:				8,00%	R\$ 244,39
Total:					36,80%	R\$ 1.124,20
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN n° 7/2018).						

INSS 20%; Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991.

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 20%

Salario Educação 2,5%; Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996.

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 2,5%

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * percentual apresentado

Sesc ou Sesi 1,5%; Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1,5%

Senai ou Senac 1%; Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946.

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 1%

Sebrae 0,60%; Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990.

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 0,60%

Inera 0,20%; Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970.

Base de Cálculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) *0,20%

FGTS 8%; Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal.

Base de Caculo: (Modulo 1 + Modulo 2.1) * 8%

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			VALOR
A	Transporte:		R\$ 89,80
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:		R\$ 891,00
C	Assistência Médica e Familiar:		R\$ 0,00
D	Odontológico:		R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:		R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:		R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:		R\$ 0,00
H	Outros (especificar):		R\$ 0,00
I	Outros (especificar):		R\$ 0,00
Total:			R\$ 980,80
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.			

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023 | Cláusula Décima Quinta

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023 | Cláusula Décima Quinta

Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017

“Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUAL	VALOR
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias:	20,43%	R\$ 518,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 1.124,20
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 980,80
Total:		57,23%	R\$ 2.623,24

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 10,65
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 0,85
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 84,98
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 49,21
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 18,11
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 16,49
Total:		7,11%	R\$ 180,29

Fórmulas

Anterior = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5%

Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4%

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente		
Custo de reposição do profissional ausente		
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente.		
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.. (Revogado pela IN nº 7/2018).		
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%
Total:		3,38%

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 85,74
4.2	Substituto na Intrajornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 85,74

Módulo 05 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):	R\$ 128,05
B	Material (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):	R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	--
		--
Total de Insumos Diversos:		R\$ 128,05
Nota: Valores mensais por empregado.		

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos		
Custos Indiretos, Lucros e Tributos		PERCENTUAL
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:	4,00%

B	Lucro:			7,00%	R\$ 404,33
C	Tributos:		Aliquota	14,25%	R\$ 626,49
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%		R\$ 118,92
		COFINS:	7,60%		R\$ 547,77
		CPRB:	0,00%		R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-		R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%		R\$ 360,38
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%	R\$ 1.653,57
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MODULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 2.536,66
B	MODULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 2.623,24
C	MODULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 180,29
D	MODULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 85,74
E	MODULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 128,05
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 5.553,98
F	MODULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 1.653,57
Valor total proposto por empregado:		R\$ 7.207,55

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Cozinheiro	R\$ 7.207,55	01	R\$ 7.207,55	03	R\$ 21.622,65
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 21.622,65
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 259.471,78
					Fator K
					R\$ 2,84

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 7.207,55
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 21.622,65
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do Contrato):	R\$ 259.471,78
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Número do Processo:	60585.000486/2023-89		
Número da Licitação:			
Data do Pregão:	-	Horário:	-
Descrição do Serviço:	Ajudante de Cozinha		

▶	Município (s) da prestação de serviço:	Brasília - DF	
▶	Número de meses de execução contratual:	12 (doze).	
▶	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2023 - SINDISERVIÇOS/DF	
▶	Unidade de medida:	Serviço (Posto).	
▶	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida):	5	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada			

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA				
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com característica distintas):			Ajudante de Cozinha
2	Código Brasileiro de Ocupações - CBO:			5135-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional:			R\$ 1.515,92
4	Categoria profissional (vinculada a execução contratual):			Ajudante de Cozinha
5	Data base da categoria:			1º de janeiro
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.				
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.				

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023

Módulo 01 – Composição da Remuneração				
Composição da Remuneração				VALOR
A	Salário Base:			R\$ 1.515,92
B	Adicional de Periculosidade:	CLT art.s 193 e segs; CF art. 7º XXIII	30%	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade:	CLT art. 189 e segs - CF art. 7º XXIII		
		Base de cálculo: Salário mínimo.	Min. = 10% Méd. = 20% Máx. = 40%	
D	Adicional Noturno:			R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna reduzida:			R\$ 0,00
G	Outros (especificar):			R\$ 0,00
Valor da Remuneração:				R\$ 1.515,92
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				
Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na				

Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) salário, férias e adicional de férias			VALOR
A	13º Salário:	8,33%	R\$ 126,28
B	Férias e Adicional de férias:	12,10%	R\$ 183,43
Total:		20,43%	R\$ 309,70
Alterou a Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do			

(1 mês / 12 meses) * 100 = 8,33 | Base de cálculo: Módulo 1 * 8,33%

Férias (9,075%) + Adicional de Férias (9,075 / 1/3 = 3,025%) = 12,10%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.					PERCENTUAL	VALOR
A	INSS:				20,00%	R\$ 365,12
B	Salário educação:				2,50%	R\$ 45,64
C	SAT - GUIL/RAT:	3%	FAP:	1,00000	3,00%	R\$ 54,77
D	SESC ou SESI:				1,50%	R\$ 27,38
E	SENAI - SENAC:				1,00%	R\$ 18,26
F	SEBRAE:				0,60%	R\$ 10,95
G	INCRA:				0,20%	R\$ 3,65
H	FGTS:				8,00%	R\$ 146,05
Total:					36,80%	R\$ 671,83
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela IN n° 7/2018).						

INSS 20%: Base Legal Art. 22, inciso I da Lei nº 8.212, de 24.7.1991.

Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 20%

Salário Educação 2,5%: Base Legal Art. 3º, inciso I do Decreto-Lei 87.043, de 22.3.1982, e art 15 da Lei nº 9.424, de 24.12.1996.

Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 2,5%

Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * percentual apresentado

Sesc ou Sesi 1,5%: Base Legal Art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853, 13.9.1946, e art. 30 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.

Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 1,5%

Senai ou Senac 1%: Base Legal Art. 1º do Decreto-Lei nº 6.246, de 5.2.1944, e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10.1.1946.

Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 1%

Sebrae 0,60%: Base Legal Art. 8º da Lei nº 8.029, de 12.4.1990.

Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 0,60%

Incra 0,20%: Base Legal Art. 1º Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.1970.

Base de Cálculo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 0,20%

FGTS 8%: Base Legal Art. 15 da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, e Art. 7º, inciso III da Constituição Federal.

Base de Caclulo: (Módulo 1 + Módulo 2.1) * 8%

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte:	R\$ 151,04
B	Auxílio Refeição/ Alimentação:	R\$ 891,00
C	Assistência Médica e Familiar:	R\$ 0,00
D	Odontológico:	R\$ 0,00
E	Fundo Indenização Aposentadoria por Invalidez:	R\$ 0,00
F	Seguro de vida em grupo:	R\$ 0,00
G	Benefício natalidade:	R\$ 0,00
H	Outros (especificar):	R\$ 0,00
I	Outros (especificar):	R\$ 0,00
Total:		R\$ 1.042,04
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).		
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.		

Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2023 - DF000037/2023 Cláusula Décima Quinta
Art. 6º da IN/MPDG nº05/2017
“Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

Quadro resumo do Módulo 2 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários		PERCENTUAL	VALOR
2.1	13º. Salário, férias e adicional de férias:	20,43%	R\$ 309,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições:	36,80%	R\$ 671,83
2.3	Benefícios Mensais e diários:		R\$ 1.042,04
Total:		57,23%	R\$ 2.023,58

Módulo 3 – Provisão para Rescisão. (Redação dada pela IN nº 7/2018).			
Provisão para Rescisão.		PERCENTUAL	VALOR
A	Aviso Prévio Indenizado:	0,42%	R\$ 6,37
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado:	0,03%	R\$ 0,51
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado:	3,35%	R\$ 50,78
D	Aviso Prévio Trabalhado:	1,94%	R\$ 29,41
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,71%	R\$ 10,82
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado:	0,65%	R\$ 9,85
Total:		7,11%	R\$ 107,74

A soma de C e F não será superior a 4% com o fim da contribuição social de 10% sobre o FGTS.
Fórmulas
Anterior = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 5%
Atual = (0,08*0,5*(1+(5/56)+(5/56)+(1/3*5/56))) = 4%

Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente			
Custo de reposição do profissional ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente,			
Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.. (Revogado pela IN nº 7/2018).			
Submódulo 4.1: Substituto nas Ausências Legais: (Redação dada pela IN nº 7/2018).		PERCENTUAL	VALOR
A	Substituto na cobertura de Férias:	1,62%	R\$ 24,56
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais:	1,39%	R\$ 21,07
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade:	0,02%	R\$ 0,30
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente do trabalho:	0,33%	R\$ 5,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade:	0,02%	R\$ 0,30
F	Substituto na cobertura de outras ausência por doença:	0,00%	R\$ 0,00
Total:		3,38%	R\$ 51,24

Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
A	Substituto na cobertura de intervalo para repouso ou alimentação:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente. (Redação dada pela IN nº 7/2018).		VALOR
4.1	Substituto nas Ausências Legais:	R\$ 51,24
4.2	Substituto na Intrajornada:	R\$ 0,00
Total:		R\$ 51,24

Módulo 05 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR
A	Uniformes (custo mensal por empregado):		R\$ 141,54
B	Material (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
C	Equipamento (custo mensal por empregado):		R\$ 0,00
D	Outros (especificar):	--	R\$ 0,00
		--	R\$ 0,00
Total de Insumos Diversos:			R\$ 141,54
Nota: Valores mensais por empregado.			

Módulo 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos			
Custos Indiretos, Lucros e Tributos		PERCENTUAL	VALOR
A	Custos Indiretos / Despesas Administrativas:	4,00%	R\$ 153,60

B	Lucro:			7,00%	R\$ 279,55
C	Tributos:		Aliquota	14,25%	R\$ 433,15
	Tributos Federais:	PIS:	1,65%		R\$ 82,22
		COFINS:	7,60%		R\$ 378,73
		CPRB:	0,00%		R\$ 0,00
	Tributos Estaduais:	-	-		R\$ 0,00
	Tributos Municipais:	ISSQN:	5,00%		R\$ 249,16
Total de Custos Indireto, Lucros e Tributos:			14,25%	25,25%	R\$ 1.143,27
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.					
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.					

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado).		VALOR
A	MODULO 01 – Composição da Remuneração:	R\$ 1.515,92
B	MODULO 02 – Encargos e benefícios anuais, mensais e diários:	R\$ 2.023,58
C	MODULO 03 – Provisão para rescisão:	R\$ 107,74
D	MODULO 04 – Custo de reposição do profissional ausente:	R\$ 51,24
E	MODULO 05 – Insumos diversos:	R\$ 141,54
Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.840,02
F	MODULO 06 – Custos Indiretos, Lucros e Tributos:	R\$ 1.143,27
Valor total proposto por empregado:		R\$ 4.983,29

3. QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de serviço: (A)	Valor proposto por empregado: (B)	Empregados por posto: (C)	Valor proposta por posto: (D) = (B) x (C)	Qtde. de postos: (E)	Valor total do serviço: (F) = (D) x (E)
Ajudante de Cozinha	R\$ 4.983,29	01	R\$ 4.983,29	05	R\$ 24.916,46
Valor Mensal dos Serviços:					R\$ 24.916,46
Valor Anual dos Serviços:					R\$ 298.997,52
					Fator K
					R\$ 3,29

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		VALOR
A	Valor proposta do Serviço (Posto):	R\$ 4.983,29
B	Valor mensal do Serviço:	R\$ 24.916,46
C	Valor global da Proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do Contrato):	R\$ 298.997,52
Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.		

CARREGADOR/ LAVADOR DE AUTO

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	CALÇA; MATERIAL: GABARDINI; MODELO: SOCIAL; TIPO BOLSO: LATERAL E TRASEIRO; COR: PRETA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PREGA.	Un	2	2	4	R\$ 119,80	R\$ 479,20	R\$ 39,93
2	JALECO; COR: AZUL CLARO; MANGAS: CURTAS; FECHAMENTO: FRONTAL; USO: COZINHA	Un	2	2	4	R\$ 146,07	R\$ 584,28	R\$ 48,69
3	CAMISETA; TIPO: UNISSEX; COR: BRANCA; TECIDO: MALHA TUBULAR, 100% POLIÉSTER; TIPO MANGA: MEIA MANGA; TIPO GOLA: OLÍMPICA; PERSONALIZAÇÃO: EMBLEMA DA EMPRESA NO LADO SUPERIOR ESQUERDO.	Un	2	2	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00	R\$ 30,00
4	MEIA; COR: PRETA; TECIDO: 76% ALGODÃO, 22% POLIAMIDA E 2% ELASTANO; CANO: LONGO.	Par	1	1	2	R\$ 32,92	R\$ 65,84	R\$ 5,49
5	BOTINA SEGURANÇA; MATERIAL: VAQUETA CURTIDA AO CROMO; MATERIAL SOLA: PU; COR: PRETA; MODELO: COM CADARÇO; TIPO SOLA: ANTIDERRAPANTE, PALMILHA DE MONTAGEM EM COURO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIQUEIRA DE AÇO, CANO ACOLCHOADO; TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS.	Par	1	1	2	R\$ 90,85	R\$ 181,70	R\$ 15,14

MOTORISTA/ GARAGISTA								
ITEM	DESCRIÇÃO	unid	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	TERNO COMPOSIÇÃO: 1 (UM) PALETÓ E 1 (UMA) CALÇA. COR: PRETO. DETALHAMENTO DO MODELO: PALETÓ SOCIAL; ESTILO: TRADICIONAL; GOLA: COM LAPELA SLIM. CALÇA; ESTILO: SOCIAL, RETA, SEM PREGAS; TECIDO: IDÊNTICO AO TERNO; BOLSOS: 2 (DOIS) DIANTEIROS TIPO FACA E 2 (DOIS) BOLSOS TRASEIROS	Un	2	2	4	R\$ 449,90	R\$ 1.799,60	R\$ 149,97
2	CAMISA; TIPO: MANGA LONGA; COR: AZUL CLARO; MODELO: SOCIAL; TECIDO: 100% ALGODÃO.	Un	2	2	4	R\$ 210,69	R\$ 842,76	R\$ 70,23
3	GRAVATA; COR: PRETA; TECIDO: JAQUARD.	Un	2	2	4	R\$ 79,66	R\$ 318,64	R\$ 26,55
4	SAPATO SOCIAL, COR: PRETO, SOLADO E SALTO ANTIDERRAPANTE.	Par	1	1	2	R\$ 259,90	R\$ 519,80	R\$ 43,32
5	MEIA; COR: PRETA; CANO: LONGO	Par	2	2	4	R\$ 32,30	R\$ 129,20	R\$ 10,77
6	CINTO; MATERIAL: COURO; COR: PRETO; MATERIAL FIVELA: METAL PRATEADO; TAMANHO: GRANDE.	Un	1	1	2	R\$ 64,11	R\$ 128,22	R\$ 10,69
TOTAL								R\$ 311,52

* Conforme Mapa Comparativo de Preços realizado pela NUPP (6831072)

AUXILIAR DE COZINHA

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	CALÇA UNISSEX, EM TECIDO PANAMÁ, 100 % POLIÉSTER TIPO TELA, PESO +/- 300 G/M, NA COR BRANCA, SOCIAL.	Un	2	2	4	R\$ 98,00	R\$ 392,00	R\$ 32,67
2	CAMISETA; TIPO: UNISSEX; COR: BRANCA; TECIDO: MALHA TUBULAR, 100% POLIÉSTER; TIPO MANGA: MEIA MANGA; TIPO GOLA: OLÍMPICA; PERSONALIZAÇÃO: EMBLEMA DA EMPRESA NO LADO SUPERIOR ESQUERDO.	Un	2	2	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00	R\$ 30,00
3	SAPATO SOCIAL, COR: BRANCO, SOLADO E SALTO ANTIDERRAPANTE.	Par	1	1	2	R\$ 180,00	R\$ 360,00	R\$ 30,00
4	BOTA SEGURANÇA; MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA; MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR: BRANCA. TIPO CANO: MÉDIO.	Par	1	1	2	R\$ 76,24	R\$ 152,48	R\$ 12,71
5	JALECO; COR: BRANCA; MANGAS: CURTAS; FECHAMENTO: FRONTAL; USO: COZINHA.	Un	2	2	4	R\$ 88,12	R\$ 352,48	R\$ 29,37

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - Lavador de Auto								
ITEM	DESCRIÇÃO	unid	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	Óculos para proteção da face contra impactos de partículas volantes (EPI)*	Un	1	1	2	R\$ 17,85	R\$ 35,70	R\$ 2,98
2	Vestimenta para proteção de todo o corpo contra umidade proveniente de operações com utilização de água (EPI)*	Un	1	1	2	R\$ 24,01	R\$ 48,02	R\$ 4,00
3	Luvas para proteção contra umidade proveniente de operações com utilização de água (EPI)*	Un	1	1	2	R\$ 15,38	R\$ 30,76	R\$ 2,56
4	Calçado para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com utilização de água (EPI)*	Un	1	1	2	R\$ 61,26	R\$ 122,52	R\$ 10,21
							TOTAL	R\$ 19,75

* Conforme Mapa Comparativo de Preços realizado pela NUPP (6831072)

CARREGADOR/ LAVADOR DE AUTO

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	CALÇA; MATERIAL: GABARDINI; MODELO: SOCIAL; TIPO BOLSO: LATERAL E TRASEIRO; COR: PRETA; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PREGA.	Un	2	2	4	R\$ 119,80	R\$ 479,20	R\$ 39,93
2	JALECO; COR: AZUL CLARO; MANGAS: CURTAS; FECHAMENTO: FRONTAL; USO: COZINHA	Un	2	2	4	R\$ 146,07	R\$ 584,28	R\$ 48,69
3	CAMISETA; TIPO: UNISSEX; COR: BRANCA; TECIDO: MALHA TUBULAR, 100% POLIÉSTER; TIPO MANGA: MEIA MANGA; TIPO GOLA: OLÍMPICA; PERSONALIZAÇÃO: EMBLEMA DA EMPRESA NO LADO SUPERIOR ESQUERDO.	Un	2	2	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00	R\$ 30,00
4	MEIA; COR: PRETA; TECIDO: 76% ALGODÃO, 22% POLIAMIDA E 2% ELASTANO; CANO: LONGO.	Par	1	1	2	R\$ 32,92	R\$ 65,84	R\$ 5,49
5	BOTINA SEGURANÇA; MATERIAL: VAQUETA CURTIDA AO CROMO; MATERIAL SOLA: PU; COR: PRETA; MODELO: COM CADARÇO; TIPO SOLA: ANTIDERRAPANTE, PALMILHA DE MONTAGEM EM COURO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIQUEIRA DE AÇO, CANO ACOLCHOADO; TIPO USO: SERVIÇOS GERAIS.	Par	1	1	2	R\$ 90,85	R\$ 181,70	R\$ 15,14

MOTORISTA/ GARAGISTA								
ITEM	DESCRIÇÃO	unid	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	TERNO COMPOSIÇÃO: 1 (UM) PALETÓ E 1 (UMA) CALÇA. COR: PRETO. DETALHAMENTO DO MODELO: PALETÓ SOCIAL; ESTILO: TRADICIONAL; GOLA: COM LAPELA SLIM. CALÇA; ESTILO: SOCIAL, RETA, SEM PREGAS; TECIDO: IDÊNTICO AO TERNO; BOLSOS: 2 (DOIS) DIANTEIROS TIPO FACA E 2 (DOIS) BOLSOS TRASEIROS	Un	2	2	4	R\$ 449,90	R\$ 1.799,60	R\$ 149,97
2	CAMISA; TIPO: MANGA LONGA; COR: AZUL CLARO; MODELO: SOCIAL; TECIDO: 100% ALGODÃO.	Un	2	2	4	R\$ 210,69	R\$ 842,76	R\$ 70,23
3	GRAVATA; COR: PRETA; TECIDO: JAQUARD.	Un	2	2	4	R\$ 79,66	R\$ 318,64	R\$ 26,55
4	SAPATO SOCIAL, COR: PRETO, SOLADO E SALTO ANTIDERRAPANTE.	Par	1	1	2	R\$ 259,90	R\$ 519,80	R\$ 43,32
5	MEIA; COR: PRETA; CANO: LONGO	Par	2	2	4	R\$ 32,30	R\$ 129,20	R\$ 10,77
6	CINTO; MATERIAL: COURO; COR: PRETO; MATERIAL FIVELA: METAL PRATEADO; TAMANHO: GRANDE.	Un	1	1	2	R\$ 64,11	R\$ 128,22	R\$ 10,69
TOTAL								R\$ 311,52

* Conforme Mapa Comparativo de Preços realizado pela NUPP
(6831072)

AUXILIAR DE COZINHA

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant. Inicial	Quant. Semestral	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor / Ano	Valor / Mês
1	CALÇA UNISSEX, EM TECIDO PANAMÁ, 100 % POLIÉSTER TIPO TELA, PESO +/- 300 G/M, NA COR BRANCA, SOCIAL.	Un	2	2	4	R\$ 98,00	R\$ 392,00	R\$ 32,67
2	CAMISETA; TIPO: UNISSEX; COR: BRANCA; TECIDO: MALHA TUBULAR, 100% POLIÉSTER; TIPO MANGA: MEIA MANGA; TIPO GOLA: OLÍMPICA; PERSONALIZAÇÃO: EMBLEMA DA EMPRESA NO LADO SUPERIOR ESQUERDO.	Un	2	2	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00	R\$ 30,00
3	SAPATO SOCIAL, COR: BRANCO, SOLADO E SALTO ANTIDERRAPANTE.	Par	1	1	2	R\$ 180,00	R\$ 360,00	R\$ 30,00
4	BOTA SEGURANÇA; MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA; MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR: BRANCA. TIPO CANO: MÉDIO.	Par	1	1	2	R\$ 76,24	R\$ 152,48	R\$ 12,71
5	JALECO; COR: BRANCA; MANGAS: CURTAS; FECHAMENTO: FRONTAL; USO: COZINHA.	Un	2	2	4	R\$ 88,12	R\$ 352,48	R\$ 29,37



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETÁRIA-GERAL - SG
APÊNDICE IV – HISTÓRICOS DE CONSUMO CONTRATAÇÕES

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	QTD. A LICITAR 2023	QTD. ADQUIRIDA 2019	QTD. ADQUIRIDA 2020	QTD. ADQUIRIDA 2021	QTD. ADQUIRIDA 2022	QTD. ESTOQUE 2023
1	1	Garçom	R\$ 2.808.195,60	01	01	01	01	01	00
	2	Motorista Executivo	R\$ 501.174,00	01	01	01	01	01	00
	3	Garagista	R\$ 64.599,48	01	01	01	01	01	00
	4	Lavador de Auto	R\$ 127.637,76	01	01	01	01	01	00
	5	Carregador de Móveis	R\$ 362.027,52	01	01	01	01	01	00
	6	Fornecimento de Insumos	R\$ 723.461,16	01	00	00	00	00	00
2	1	Cozinheiro	R\$ 261.438,84	01	01	01	01	01	00
	2	Ajudante de Cozinha	R\$ 302.359,20	01	01	01	01	01	00

HISTÓRICO DE CONSUMO INSUMOS

HISTÓRICO DE CONSUMO DE INSUMOS NAS COPAS DO MD EM 2023												
MÊS	Açúcar	Valor gasto	Café em pó	Valor gasto	Adoçante	Valor gasto	Biscoito salgado	Valor gasto	Biscoito doce	Valor gasto	Chás	Valor gasto
Janeiro	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Fevereiro	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Março	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Abril	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Maiο	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Junho	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Julho	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Agosto	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Setembro	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Outubro	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Novembro	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
Dezembro	413	2.886,87	1.157	11.803,44	150	487,5	774,4	1.897,28	743,6	1.673,10	357	1.428,00
TOTAL	4.956	34.642,44	13.886	141.641,28	1.800	5.850,00	9.293	22.767,36	8.923	20.077,20	4.284	17.136,00
VALOR TOTAL DO HISTÓRICO DE CONSUMO/2023 (R\$)							242.114,28					
Informações sobre a peculiaridade do consumo no Despacho nº 140/COSER MD/GESEP/DESEG/SEORI/SG-MD (6842954)												

HISTÓRICO DE CONSUMO DE INSUMOS NAS COPAS DO MD EM 2022												
MÊS	Açúcar	Valor gasto	Café em pó	Valor gasto	Adoçante	Valor gasto	Biscoito salgado	Valor gasto	Biscoito doce	Valor gasto	Chás	Valor gasto
Janeiro	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Fevereiro	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Março	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Abril	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Maio	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Junho	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Julho	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Agosto	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Setembro	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Outubro	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Novembro	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
Dezembro	995,5	6.190,25	1.333	31.906,67	163,17	815,83	688,58	2.279,21	753,42	2.320,52	449,09	1.229,46
TOTAL	11.946	74.283,00	16.000	382.880,00	1.958	9.790,00	8.263	27.350,53	9.041	27.846,28	5.389	14.753,56
VALOR TOTAL DO HISTÓRICO DE CONSUMO/2022 (R\$)							537.039,71					
Aquisição por meio de Licitação pregão nº 00007/2022 (60041.001186/2021-01 - Termo de Homologação 4974902) Café por meio de Chamada Pública (Contrato 008/2022MD 5221938)												

HISTÓRICO DE CONSUMO DE INSUMOS NAS COPAS DO MD EM 2021

[illegible]



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL – SG**

APÊNDICE V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

ASSUNTO: Prestação de serviços continuados de serviços de cozinheiro, ajudante de cozinha para o apoio na Cozinha do Gabinete Ministerial (GM) e garçom nas copas deste órgão (com fornecimento de insumos), aos serviços de garagista, lavador de autos e motorista para apoio na Seção de Gerenciamento de Frota (SEGEF) e aos serviços de carregador de móveis e mobílias em geral para apoio na Seção de Gestão Patrimonial (SEGEP).

REFERÊNCIA: ____/202__ **Processo Pagamento nº:** _____

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o Órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO VIII-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, sempre que:

1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; e

1.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. OBJETIVOS A ATINGIR

2.1. A prestação dos serviços em elevados níveis de qualidade.

2.2. A utilização do Instrumento de Medição de Resultado – IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas no Contrato e no Termo de Referência, de forma contínua e com níveis de qualidade aceitáveis, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização instituída em Portaria, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido.

3.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

3.3. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

3.4. **A aferição dos serviços** será realizada sempre **até o 5º (quinto) dia do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, sob a responsabilidade do fiscal técnico do contrato, informando a contratada o resultado da avaliação mensal do serviço.

3.5. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

4. DA NOTIFICAÇÃO

4.1. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

4.2. A notificação quanto à existência de irregularidades na prestação dos serviços do Contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato, devendo a irregularidade ser disposta no livro de ocorrências.

4.3. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de Notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido.

4.4. O Termo de Notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal de Contrato.

4.5. Havendo divergência quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA apresentar suas razões por meio de documento formal.

5. SANÇÕES

5.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em Contrato.

5.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos

indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

5.3. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR deve ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que assumirá junto à CONTRATANTE. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é um instrumento ágil e com o objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa CONTRATADA deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

5.4. A análise dos resultados destas avaliações pela CONTRATANTE poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a CONTRATADA não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

5.5. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

5.6. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

5.7. Durante a execução contratual poderão ser adotados novos Instrumentos de Medição de Resultado, sendo possível, entretanto, a alteração ou a renegociação dos IMR pré-estabelecidos no Termo de Referência – TR, desde que esteja prevista no Edital e no Contrato ou instrumento equivalente, tecnicamente justificada, não implique acréscimo ou redução do valor contratual do serviço além dos limites de 25% permitidos pelo art. 125, da Lei nº 14,133/21, e não configure descaracterização do objeto licitado, em atenção ao Acórdão nº 717/2010-Plenário, TC-009.511/2009-6, rel. Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 07.04.2010.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

6.1.2. A contratante poderá alterar os procedimentos de metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

6.1.3. A cada ocorrência verificada entre os indicadores 1, 2 e 3 será retirado 1 (um) ponto na avaliação dos serviços. A cada ocorrência verificada no indicador 4 será retirado 5 (cinco) pontos na avaliação dos serviços.

6.1.4. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final, o qual o resultado será 200 (duzentos) pontos subtraídos pela pontuação obtida das ocorrências dos indicadores.

6.2. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
1º - Indicador: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão, bem como a operacionalização, qualidade e desenvolvimento de todas as atividades necessárias para o efetivo cumprimento dos serviços, conforme Termo de Referência, não suspendendo ou interrompendo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados.
Meta a cumprir	Cumprir com todos os serviços solicitados previstos no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.
Periodicidade	Diária - Avaliação Mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de Vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: - 1 ponto; 2 Ocorrências: - 2 pontos; 3 Ocorrências: - 3 pontos; 4 Ocorrências: - 4 pontos; e 5 Ocorrências: - 5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
2º - Indicador: DOS COZINHEIROS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os cozinheiros possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumpram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
Falhas a observar	<ul style="list-style-type: none"> - Não observância das regras de higiene no manuseio de alimentos; - Serviços executados de maneira relapsa ou descuidada; - Não observância às orientações emitidas pelo Chefe de Cozinha; - Deixar de cuidar de sua aparência e higiene pessoal.
Instrumento de medição	<p>Sistema Informatizado para verificação do resultado.</p> <p>Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica.</p> <p>Conferência local e documental.</p>
Forma de acompanhamento	<p>Pelo sistema.</p> <p>Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.</p>
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	<p>Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal:</p> <p>Registro no livro de ocorrências;</p> <p>Registro de correção das falhas apontadas; e</p> <p>Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado.</p> <p>Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.</p>
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	<p>Sem ocorrências: 0 pontos;</p> <p>1 Ocorrência: -1 ponto;</p> <p>2 Ocorrências: -2 pontos;</p> <p>3 Ocorrências: -3 pontos;</p> <p>4 Ocorrências: -4 pontos; e</p> <p>5 Ocorrências: -5 pontos.</p>
Sanções	<p>20% das OS acima de 2 - multa.</p> <p>30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.</p>
Observações	

AValiação da Qualidade dos Serviços	
3º - Indicador: DOS AUXILIARES DE COZINHA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os auxiliares de cozinha possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumpram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
Falhas a observar	<ul style="list-style-type: none"> - Não observância das regras de higiene no manuseio de alimentos; - Serviços executados de maneira relapsa ou descuidada; - Sujeiras nos utensílios de copa e cozinha; - Existência de sujeira visível a olho nu nas instalações da cozinha; - Deixar de cuidar de sua aparência e higiene pessoal.
Instrumento de medição	<p>Sistema Informatizado para verificação do resultado.</p> <p>Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica.</p> <p>Conferência local e documental.</p>
Forma de acompanhamento	<p>Pelo sistema.</p> <p>Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.</p>
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	<p>Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal:</p> <p>Registro no livro de ocorrências;</p> <p>Registro de correção das falhas apontadas; e</p> <p>Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado.</p> <p>Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.</p>
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	<p>Sem ocorrências: 0 pontos;</p> <p>1 Ocorrência: -1 ponto;</p> <p>2 Ocorrências: -2 pontos;</p> <p>3 Ocorrências: -3 pontos;</p> <p>4 Ocorrências: -4 pontos; e</p> <p>5 Ocorrências: -5 pontos.</p>
Sanções	<p>20% das OS acima de 2 - multa.</p> <p>30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.</p>
Observações	

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
4º - Indicador: DOS MOTORISTAS EXECUTIVOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os motoristas executivos possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumpram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
Falhas a observar	- Conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros; - Infração de Trânsito; - Inobservância ao Código de Trânsito Brasileiro
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AValiação da Qualidade dos Serviços	
5º - Indicador: DOS GARAGISTAS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os garagistas possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumpram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
Falhas a observar	- Não observância às regras de circulação de veículos no interior das garagens.
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AValiação da Qualidade dos Serviços	
6º - Indicador: DOS LAVADORES DE AUTOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os lavadores de autos possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumpram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
Falhas a observar	- Falta de cuidado na lavagem dos veículos do Ministério da Defesa, vindo a causar danos ao patrimônio; - Não utilização dos EPI no desempenho de suas atividades.
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AValiação da Qualidade dos Serviços	
7º - Indicador: DOS CARREGADORES DE MÓVEIS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os carregadores de móveis possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumprem as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
Falhas a observar	- Falta de cuidado com o manuseio e transporte dos materiais, vindo a causar dano ao patrimônio do Ministério da Defesa;
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
8º - Indicador: DOS GARÇONS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que os garçons possuem capacitação e condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência ligadas à mão de obra e cumram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Qualificação profissional dos colaboradores alocados.
Falhas a observar	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeiras nos utensílios tais como copos, xícaras, talheres e demais insumos das copas servidos aos servidores e colaboradores; - Deixar de servir café, chá e água sempre que for necessário; - Deixar de recolher nas salas e lavar copos, xícaras, garrafas e outros utensílios da copa; - Copa suja e desorganizada.
Instrumento de medição	<p>Sistema Informatizado para verificação do resultado.</p> <p>Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica.</p> <p>Conferência local e documental.</p>
Forma de acompanhamento	<p>Pelo sistema.</p> <p>Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.</p>
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	<p>Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal:</p> <p>Registro no livro de ocorrências;</p> <p>Registro de correção das falhas apontadas; e</p> <p>Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado.</p> <p>Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.</p>
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	<p>Sem ocorrências: 0 pontos;</p> <p>1 Ocorrência: -1 ponto;</p> <p>2 Ocorrências: -2 pontos;</p> <p>3 Ocorrências: -3 pontos;</p> <p>4 Ocorrências: -4 pontos; e</p> <p>5 Ocorrências: -5 pontos.</p>
Sanções	<p>20% das OS acima de 2 - multa.</p> <p>30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.</p>
Observações	

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
9º - Indicador: DO PREPOSTO	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir Preposto na gestão do contrato
Meta a cumprir	Manter Preposto durante todo o período de execução contratual, atendendo a todos os critérios/exigências contratuais para a função, garantindo sua substituição eventual ou definitiva, sempre que necessário (o substituto deverá atender integralmente, aos mesmos critérios/exigências contratuais).
Falhas a observar	Morosidade ou ineficácia das ações do Preposto da Contratada
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 6 Ocorrência: -1 ponto; 7 Ocorrências: -2 pontos; 8 Ocorrências: -3 pontos; 9 Ocorrências: -4 pontos; e 10 Ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
10º - Indicador: DO FORNECIMENTO DE INSUMOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que o fornecimento de insumos para as copas propicie condições de operacionalizar suas atividades e outras obrigações descritas Termo de Referência e cumpram as normas ou recomendações preconizadas no Ministério da Defesa.
Meta a cumprir	Fornecimento de insumos de qualidade e quantidade previstos no Termo de Referência.
Falhas a observar	- Falta de material de reposição nas Copas; - Atraso na reposição de insumos, superior a 5 horas; - Qualidade e quantidade dos insumos das copas em desacordo com as especificações do Edital.
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviços – OS – eletrônica. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores.
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AValiação da Qualidade dos Serviços	
11º - Indicador: REPOSIÇÃO DE COLABORADOR AUSENTE – COBERTURA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão em que a empresa registre e controle diariamente a assiduidade e pontualidade dos colaboradores. Garantir a reposição de colaboradores ausentes por motivo de férias, demissões, licenças, remanejamentos ou situações análogas. Garantir a substituição de colaborador que se conduza de modo inconveniente, não atenda às necessidades ou faltoso.
Meta a cumprir	Todos os postos de serviços preenchidos. Cobrir todas as ausências, não tendo posto vago.
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação e controle de frequência dos colaboradores – Ponto Eletrônico.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores. Documental: Pelos fiscais técnicos, administrativos e gestores.
Periodicidade	Diária - Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 Ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela. Cinco horas de atraso na reposição do colaborador ausente equivale a uma ocorrência. A reincidência de atraso na reposição de colaborador ausente, no mesmo posto, dentro de 30 dias da ocorrência anterior equivale a 4 ocorrências. A não reposição de colaborador equivale a 5 ocorrências.

AValiação da Qualidade dos Serviços	
12º - Indicador: DO PAGAMENTO DE SALÁRIO E OUTROS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão e mitigar ocorrências de atrasos de pagamento decorrentes das obrigações trabalhistas.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Contracheques, extratos do FGTS e INSS, extratos do auxílio alimentação e transporte, extratos bancários.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores. Documental: Pelos fiscais técnicos, administrativos e gestores.
Periodicidade	Levantamento mensal.
Mecanismo de cálculo	Uma ocorrência a cada atraso 3 (três) ocorrências na falta de pagamentos dos seguintes itens: Salário base; FGTS; INSS; Auxílio Alimentação; e Auxílio Transporte.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -5 ponto; 2 Ocorrências: -10 pontos; 3 Ocorrências: -15 pontos; 4 Ocorrências: -20 pontos; e 5 ocorrências: -25 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

AValiação da Qualidade dos Serviços	
13º - Indicador: CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do Órgão dentro dos parâmetros e rotinas preconizada diária, semanal, mensal e anual, de acordo com a ocorrência e as informações estão sendo disponibilizadas aos fiscais.
Meta a cumprir	Todos os postos cumprindo com a carga horária conforme Termo de Referência.
Instrumento de medição	Sistema Informatizado para verificação do resultado. Conferência local e documental.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema. Visual: Pelos fiscais técnico, setoriais e gestores. Documental: Pelos fiscais técnicos, administrativos e gestores. Preposto.
Periodicidade	Levantamento diário.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de OCORRÊNCIAS durante o período mensal: Registro no livro de ocorrências; Registro de correção das falhas apontadas; e Registro do não cumprimento das ocorrências dentro do prazo estipulado. Obs.: Serão verificadas as avaliações e ocorrências, para verificação de possíveis descontos conforme tabela.
Início de vigência	Data da assinatura do Contrato.
Faixas de pontuação	Sem ocorrências: 0 pontos; 1 Ocorrência: -1 ponto; 2 Ocorrências: -2 pontos; 3 Ocorrências: -3 pontos; 4 Ocorrências: -4 pontos; e 5 5 ocorrências: -5 pontos.
Sanções	20% das OS acima de 2 - multa. 30% das OS acima de 2 - multa + rescisão contratual.
Observações	

7. AVALIAÇÃO MENSAL

INDICADORES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS													
VALOR DOS PONTOS PERDIDOS													
TOTAL DE PONTOS PERDIDOS													

8. DOSIMETRIA DE IMR PARA AJUSTE DA NOTA FISCAL DO MÊS

PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO	GLOSA NA NOTA
100% da avaliação (200 pontos)	100% DO VALOR DA NOTA FISCAL
95% da avaliação (190 pontos)	
90% da avaliação (180 pontos)	
85% da avaliação (170 pontos)	
80% da avaliação (160 pontos)	
75% da avaliação (150 pontos)	= 90% DO VALOR DA NOTA FISCAL
70% da avaliação (140 pontos)	
65% da avaliação (130 pontos)	
60% da avaliação (120 pontos)	
55% da avaliação (110 pontos)	= 80% DO VALOR DA NOTA FISCAL
50% da avaliação (100 pontos)	
- Em caso de permanecer por 2 meses consecutivos o percentual de 80%, caberá a contratante avaliar rescisão e ou prorrogação do contrato.	

9. CHECK-LIST

Empresa:		Mês:		
Serviços a Realizar: Descrição conforme o TR e as Especificações Técnicas quando existirem		Adequação – Expectativa da Administração		
ITEM	DESCRIÇÃO	ADEQUADO	INADEQUADO	NÃO SE APLICA
1	A CONTRATADA cumpriu com todos os serviços solicitados, bem como as operacionalização, qualidade e desenvolvimento de todas as atividades previstos no Termo de Referência e seus Anexos, realizando o atendimento célere às demandas do Órgão.			
2	Qualificação dos profissionais dos colaboradores alocados (verificação se os funcionários são qualificados e exercem as atividades específicas da função, conforme descrição do Termo de Referência e seu demais anexos, quando houver).			
3	Preenchimento e/ou reposição de todos os postos de serviços, incluindo disponibilidade de cobertura quando ocorrer ausências no posto.			
4	A CONTRATADA garantiu o atendimento célere às demandas do Órgão e mitigou ocorrências de atrasos de pagamento decorrentes das obrigações trabalhistas.			
5	Os colaboradores cumprem a carga horária (jornada de trabalho) prevista para a profissão conforme o Termo de Referência ou a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT.			
6	Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao Preposto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.			
7	Visita técnica para estabelecer cronograma de trabalho.			
8	Inspecção visual da instalação e dos equipamentos.			
9	Proposta de melhorias corretivas.			
10	Os colaboradores executam as atividades, descrições, características e exigências seguindo as diretrizes do Código Brasileiro de Ocupação – CBO em conformidade com a ocupação profissional que ocupa.			
11	Da saúde e segurança do trabalhados.			
12	Os colaboradores seguem as diretrizes do Órgão, quanto a segurança institucional e a LGPD.			
13	Os colaboradores cumprem as exigências do Órgão, quanto as vedações.			
14	Os serviços são prestados na sede da CONTRATANTE e nos locais pré-determinados na área de atuação do programa.			
15	As rotinas a serem cumpridas não ocorrem em irregularidades na terceirização e não ferem as legislações previstas que envolvem a contratação, observando o que prescreve o Decreto nº 9.507/2018 e Portaria nº 443/2018.			

16	A execução dos serviços atendem as expectativas, exigências e adequações constantes no Contrato.			
TOTAIS:				

NOME DO FISCAL TÉCNICO
 Fiscal Técnico do Contrato Nº ____/____

De Acordo.

NOME DO GESTOR
 Gestor do Contrato Nº ____/____

Registro ciência da avaliação realizada.

NOME DO PREPOSTO DA EMPRESA
 Preposto da Empresa _____



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETÁRIA-GERAL - SG**

APÊNDICE VI – ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato nº: /	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:		CNPJ:	
Endereço:			
Código discagem	Telefone:	Fax:	E-mail:
-	-	-	-

DEFINIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
Total					

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/ REMUNERAÇÃO POR HORAS					
Nº	Serviço	Metodologia	Quantidade de horas	Valor Unitário	Valor Global
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	
-	-
-	-
-	-
-	-

DEMAIS DETALHAMENTOS			
LOCAL DE REALIZAÇÃO			
Nº do item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETÁRIA-GERAL – SG**

APÊNDICE VII – TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, eu, _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____ em _____, lotado(a) no(a) _____, neste Ministério, na qualidade de USUÁRIO (A) da rede de computadores ou CUSTODIANTE de informações da administração central do Ministério da Defesa (administração central do Ministério da Defesa), declaro ter conhecimento da Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGDP, segundo as quais, sem restar qualquer dúvida de minha parte, devo cumprir todas as suas diretrizes e orientações. Estou ciente de meu compromisso no Ministério da Defesa e assumo a responsabilidade pelas consequências decorrentes da não observância do disposto na Política de Segurança da Informação – POSIN da Administração Central do Ministério da Defesa e nas legislações vigentes.

(Cidade-UF), ____ de _____ de ____.

Assinatura:

Nome completo Identidade:

Testemunhas:

Nome completo Identidade:

Nome completo Identidade:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETÁRIA-GERAL – SG**

APÊNDICE VIII – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a.) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo(a) _____ e CPF nº _____, declara que, para fins da execução do contrato nº _____, comprometemo-nos a manter em sigilo, ou seja, não revelar ou divulgar as informações confidenciais ou de caráter não público recebidas durante e após a prestação dos serviços nas instalações do Ministério da Defesa – MD, tais como: Informações técnicas, operacionais, administrativas, econômicas, financeiras e quaisquer outras informações, escritas ou verbais, fornecidas ou que venham a ser de nosso conhecimento, sobre os serviços licitados, ou que a eles se referem e ainda respeitar as normas de segurança vigentes. A violação dos termos deste instrumento resultará na aplicação das penalidades cabíveis ao infrator, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-lhe, ainda, a isentar e/ou indenizar o Ministério da Defesa – MD de todo e qualquer dano, perda, prejuízo ou responsabilidade, em virtude de demandas, ações, danos, perdas, custas e despesas que porventura venha a sofrer como resultado da violação do disposto neste instrumento.

(Cidade-UF), ____ de _____ de _____.

Assinatura:

Nome completo Identidade:

Testemunhas:

Nome completo Identidade:

Nome completo Identidade:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL - SG**

APÊNDICE IX – DECLARAÇÃO DE VISTORIA FACULTATIVA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº ____/202__, que a Empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu preposto, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, compareceu perante o representante da Coordenação de Serviços Gerais, e realizou avaliação prévia do local de execução dos serviços e local alocado para cada empregado do posto ao qual se deseja contratar, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília/DF, ____ de _____ de 202__.

Nome/ Seção

Declaro, junto ao Pregoeiro do MD, que a empresa se deu por satisfeita com as informações obtidas, junto a AC/MD, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do Representante Legal da Empresa: _____.

Nome do Representante Legal da Empresa: _____.

Número da identidade do Representante Legal da Empresa: _____.

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ

(Dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETÁRIA GERAL - SG**

APÊNDICE X – DECLARAÇÃO DO LICITANTE

A empresa _____, CNPJ _____, situada, (endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/____, declara sob as penalidade da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD.

Brasília/DF, ____ de _____ de 202__.

Representante ou Preposto da Empresa



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL – SG**

**APÊNDICE XI - TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª. Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antônio da Silva Machado, pela SubProcuradora Regional da União - 1ª. Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei no. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º., “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei no. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do

fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas; CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) Serviços de limpeza;
- b) Serviços de conservação;
- c) Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) Serviços de recepção;
- e) Serviços de copeiragem;
- f) Serviços de reprografia;
- g) Serviços de telefonia;
- h) Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) Serviços de auxiliar de escritório;
- k) **Serviços de auxiliar administrativo;**
 - l) Serviços de office boy (contínuo);
 - m) Serviços de digitação;
 - n) Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
 - o) Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
 - p) Serviços de ascensorista;
 - q) Serviços de enfermagem; e
 - r) Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, o licitante vencedor do certame deverá comprovar a condição de empregador dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo Contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o Contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os Contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 5 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª. Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª. Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL – PROCESSO Nº 00810-2006-017.10.00.7

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, neste ato representado pela Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Otávio Brito Lopes, e pelos Procuradores do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso e Dra. Vivianne Rodriguez Mattos, e a **UNIÃO**, neste ato representada pela Advocacia Geral da União, por meio do Advogado-Geral da União, Dr. José Antônio Dias Toffoli, e pelo Procurador-Geral da União, Dr. Luís Henrique Martins dos Anjos, e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo Silva, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, combinado com o art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.492, de 1 de maio de 1943).

CONSIDERANDO a existência da Ação Civil Pública nº 00810-2006-017-10-00-7, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face da UNIÃO, cujo objeto versa sobre a intermediação irregular de mão de obra praticada no âmbito da Administração Pública Federal Direta;

CONSIDERANDO que existem outras ações civis públicas ajuizadas e vários procedimentos investigatórios em diversas Procuradorias Regionais do Trabalho envolvendo o tema da terceirização imprópria em órgãos da Administração Pública Federal Direta;

CONSIDERANDO que o Enunciado nº 331, I, do Tribunal Superior do Trabalho, estabelece que a contratação de trabalhadores por meio de empresa interposta é ilegal, salvo nos casos previstos na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 2.271 de 7 de julho de 1997, estabelece os parâmetros para a identificação dos serviços passíveis de terceirização no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou ao Tribunal de Contas da União proposta para substituir empregados terceirizados por servidores concursados, tal como ficou assentado no acórdão nº 1520/2006-TCU;

CONSIDERANDO que a União vem sendo responsabilizada de forma subsidiária por créditos trabalhistas insatisfeitos de trabalhadores de empresas prestadoras de serviços, na forma da Súmula 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho;

CONSIDERANDO as reuniões preparatórias realizadas entre o Coordenador Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública e Assessores Técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nas quais restou consolidado o entendimento de que a abrupta solução de continuidade na prestação de tais serviços terceirizados poderia gerar ofensa a bem jurídico de igual importância àquele tutelado na referida Ação Civil Pública;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Poder Executivo Federal, a matéria de pessoal é da competência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

CONSIDERANDO a relevância e a obrigatoriedade de regularização de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados;

RESOLVEM CELEBRAR

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL,

nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A UNIÃO se compromete a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Parágrafo 1º A responsabilidade pela contratação de serviços terceirizados em desacordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, será da autoridade competente para assinatura do contrato e do respectivo ordenador de despesas, solidariamente.

Parágrafo 2º O responsável pela assinatura dos contratos no âmbito de cada ministério, órgão ou entidade deverá identificar as atividades terceirizadas, o quantitativo total de terceirizados e a indicação das parcelas de recursos orçamentários que deixarão de ser disponibilizadas em decorrência da regularização gradativa das contratações conforme o cronograma e proporções estabelecidas na cláusula terceira deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA. A UNIÃO se compromete a regularizar a situação jurídica dos seus recursos humanos, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997.

Parágrafo 1º Os órgãos da Administração Pública Federal deverão elaborar, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta de regularização da situação jurídica dos seus recursos humanos, que deverá conter, necessariamente:

8.1.1. o quantitativo de pessoal necessário para substituir trabalhadores terceirizados que estejam em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997;

8.1.2. o quantitativo de cargos, empregos e/ou funções pública a serem criados, se for o caso;

8.1.3. a previsão de realização de concursos públicos para a admissão de novos servidores e/ou empregados públicos;

8.1.4. o impacto orçamentário-financeiro das medidas;

8.1.5. o cronograma de execução.

Parágrafo 2º O ato que autorizar a realização de concurso público deverá prever expressamente que os novos provimentos estarão vinculados ao pleno cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação.

Parágrafo 3º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá adotar as medidas necessárias no âmbito de sua competência para a regularização da situação jurídica dos recursos humanos de cada órgão da Administração Pública Federal, como autorização para a realização de concursos públicos, encaminhamento de projetos de lei relativos à reestruturação de carreiras e à criação de novos cargos, empregos e/ou funções públicas e previsão de disponibilidade orçamentária para cobrir as novas despesas.

CLÁUSULA TERCEIRA. O adimplemento das obrigações ora ajustadas obedecerá rigorosamente ao cronograma a seguir estabelecido:

8.1.5.1. até **31/07/2008**, deverão estar concluídas, pelo Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão, as propostas de regularização da situação jurídica dos recursos humanos de todos os órgãos da administração pública federal, com fundamento em estudos que demonstrem as reais necessidades da força de trabalho realizada pelos terceirizados;

8.1.5.2. até **31/07/2009**, a União deverá substituir, no mínimo, 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

8.1.5.3. até **31/12/09**, a União deverá substituir, no mínimo, mais 30% do pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

8.1.5.4. até **31/12/10**, a União deverá substituir todos o pessoal terceirizado que esteja realizando atividades incompatíveis com o presente Termo de Conciliação por trabalhadores admitidos mediante concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, ultimando a adequação de que trata a cláusula segunda do presente Termo de Conciliação.

Parágrafo Único – Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar a realização dos respectivos concursos públicos, obedecidos os devidos preceitos legais.

CLÁUSULA QUARTA. A União se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA QUINTA. O descumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Conciliação sujeitará a União à multa (*astreinte*) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil Reais), por obrigação descumprida (cláusulas e/ou seus parágrafos, incisos ou alíneas), por trabalhador encontrado em situação jurídica irregular, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos dos arts. 5º, § 6º, e 13 da Lei nº 7.347, 24 de julho de 1985, com obrigatório regresso em desfavor do agente público responsável, independentemente das demais cominações e providências que poderão vir a ser requeridas pelo Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo 1º A cobrança da multa não desobriga a UNIÃO do cumprimento das obrigações contidas no presente Termo de Conciliação.

Parágrafo 2º Independentemente das autoridades indicadas como diretamente responsáveis pelo cumprimento do presente Termo de Conciliação, o agente público que, em nome da Administração Pública Federal, firmar ou permitir que terceiros, estranhos à Administração, firmem contrato de prestação de serviços em contrariedade às disposições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no *caput* desta cláusula, além de outras sanções administrativas e penais cabíveis.

CLÁUSULA SÉXTA. O presente Termo de Conciliação produzirá efeitos legais a partir da sua celebração, devendo ser submetido ao MM. Juízo da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF para homologação, a fim de conferir-lhe eficácia de título executivo judicial.

Estando assim, justos e compromissados, firmam o presente instrumento, para que produza os seus efeitos legais.

Brasília, 05 de novembro de 2007.

JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFOLI
Advogado-Geral da União

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
OTÁVIO BRITO LOPES
Procurador-Geral do Trabalho
LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS
Procurador-Geral da União

FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador do Trabalho

VIVIANN RODRIGUEZ MATTOS
Procuradora do Trabalho



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETÁRIA-GERAL – SG**

APÊNDICE XII – AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA VINCULADA

Em cumprimento do disposto no art. 19-A e no anexo VII, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, com as alterações introduzidas pela IN SLTI/MPOG nº 3, de 15/10/2009 (DOU de 16/10/2009), a empresa:, CNPJ nº, sediada no, à rua Bairro, DECLARA estar de acordo com as seguintes condições: Abrir, em seu nome no Banco do Brasil S.A, uma conta corrente vinculada, na qual serão depositados os valores descritos abaixo: Deduzir de suas faturas mensais os valores correspondentes às provisões para 13º salário, férias e abono de férias, adicional do FGTS para rescisões sem justa causa e impacto sobre férias e 13º salário, dos seus empregados vinculados à contratação decorrente do Pregão nº ____/2023, Processo nº 60585.000486/2023-89 nos montantes determinados pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, os quais serão depositados na referida conta vinculada. A aplicação destas disposições ficará condicionada à vigência do Acordo de Cooperação nº 005/DIOFI/COLIC/2011, celebrado entre o Ministério da Defesa e o Banco do Brasil, CNPJ Nº 00.000.000/0001- 91, o qual terá efeito subsidiário às Instruções Normativas citadas neste documento que determina as condições para abertura, acesso e movimentação da conta corrente vinculada. Declara, ainda, ter conhecimento de que os valores depositados somente poderão ser movimentados ou sacados mediante autorização do Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI), exclusivamente para as situações previstas na Instrução Normativa IN nº 5/2017.

Brasília, ____ de _____ de 202 ____.

Representante da licitante

Qualificação do representante:

Nome:

Cargo ou Função:

CPF:

Documento de Identidade: